



Associação Portuguesa das Empresas de Publicidade Exterior

PROGRAMA PARA O TRIÉNIO

2018 / 2021

PREÂMBULO

Antes do mais convém falarmos um pouco sobre a actual realidade da nossa actividade em Portugal, sobre as nossas Empresas, que actualmente operam no nosso Sector de Actividade, sobre o seu desempenho actual de norte a sul do País, sobre o mercado da Publicidade Exterior, mas sobretudo, por via disso, do grande e responsável papel que cabe desempenhar, hoje, mais do que nunca, pela APEPE.

Temos que, nesta breve análise, ser objectivos, ser claros, verdadeiros e completamente transparentes. Temos a porta da sala fechada e lá fora, ninguém nos ouve. Vamos pois só e apenas, falar para nós próprios. Vamos provavelmente falar cara a cara, de temas e de realidades que provavelmente também, até hoje, nunca houve coragem para pormos toda a nossa realidade a nu.

Vamos a isto? Ou há objecções?

Não, não há objecções. Vamos então em frente...

Pelo diagnóstico que facilmente é possível efectuar, trágica e lamentavelmente concluímos que a Publicidade Exterior em Portugal nunca esteve tão doente como o está hoje. Sofre de imensas doenças. Até de dores de crescimento padece o nosso Sector, um sector que parece ter crescido em número de suportes mas que é, desde



logo, um crescimento falacioso pois nunca como hoje, vimos de norte a sul do país, tanto painel vazio. Porquê terem sido montados se continuam vazios?

O Sector sofre de doenças internas e externas muito complicadas.

As externas são mesmo muito complexas e só com extrema dificuldade mas com muito trabalho, responsabilidade e dedicação, poderemos tentar curar algumas delas que em princípio estarão ao nosso alcance. Vamos ver...

Sejamos claros.

A Publicidade Exterior em Portugal, está deveras gravemente doente.

- Depois de durante décadas o nosso Sector ter vivido debaixo de um complexo e disperso emaranhado de Legislação Nacional, que a todos confundia e que ainda era complementada por mais 308 Regulamentos Municipais, (como hoje ainda acontece), o que acrescidamente nos dificultava ainda mais a vida, eis que surge a Lei 34 / 2015, que revogou toda a legislação nacional anterior, mas que, para mal dos nossos pecados, nasceu completamente amputada, deixando-nos a trabalhar num ambiente praticamente irreal mais parecendo um ambiente *“sem rei nem roque”*.
- É pois a Portaria que está ainda por sair, e já lá vão 3 anos, a peça chave que deverá governar toda a nossa actividade em Portugal. É por ela que temos que lutar arduamente. Mas atenção, temos que lutar não por uma Portaria qualquer, que apenas seja do agrado da IP, tão sedenta de também ela nos querer cobrar taxas... Mas sim, temos que lutar por uma Portaria que defenda os legítimos interesses de todos os Operadores de Publicidade Exterior a trabalhar em Portugal.
- É de todos conhecido o diverso e irracional panorama das tabelas de taxas praticadas pelas Autarquias, em quase todo o País, muitas delas (*porque se vai tornando moda*), mas mesmo muitas, muitas delas a exigirem valores anuais totalmente impraticáveis. Valores que por vezes, mesmo que um suporte esteja alugado todos os meses do ano, o seu rendimento, não chega para liquidar a respectiva taxa. Temos que reconhecer que Isto é dramático para todas as Empresas, quer elas sejam pequenas, médias ou grandes.
- Porém provisoriamente, depois de pressionado pela Direcção da APEPE que com ele teve uma reunião, vem em 21 de Julho de 2016, o Secretário de Estado das Infraestruturas, aprovar, em substituição da Portaria que



entretanto ainda não saiu – e já lá vão quase 3 anos, depois da publicação da Lei 34/2015, como antes referimos, as **“REGRAS INTERNAS TRANSITÓRIAS DA INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. PARA A EMISSÃO DE PARECER RELATIVO À AFIXAÇÃO DE PUBLICIDADE VISÍVEL DAS ESTRADAS”**, parecer este, que tinha a validade de 6 (seis) meses, prazo que está já imensamente dilatado, pois vamos já em quase dois anos sem que tenhamos cá fora, a tão ansiada Portaria que virá (???), pensa-se, pôr ordem na casa.

- Depois, um pouco com a justificação de tudo isto, de todas estas razões, surge uma outra doença, muito, muito grave. Referimo-nos à questão da ilegalidade, que hoje prolifera assustadoramente, pelo País, do Minho ao Algarve, com as consequências dramáticas para toda a actividade, (*incluindo Operadores, Clientes, Agências, Organismos Oficiais – Infraestruturas de Portugal e Câmaras Municipais*), que tal prática dramaticamente proporciona, e até chega à deteriorada imagem ambiental com que o Sector está a conspurcar Portugal. Essa dramática deterioração ambiental de Portugal, está à vista de toda a gente. É verdade, está à vista de toda a gente. E os culpados somos nós!...Nós Operadores... Não se esqueçam disto. Está à vista de toda a gente, o que quer dizer que também está à vista das Entidades Oficiais e da tutela, que regulamentará, mais tarde ou mais cedo, com mão pesada. Para pôr cobro a tudo isto, quem vai pagar depois? **TODOS...**, os culpados, os que praticam quase apenas e só ilegalidade por todo o lado, bem como as outras Empresas que têm vindo ao longo da vida da sua existência, a ter uma postura e uma prática pela legalidade. Nós próprios, reafirmamo-lo sem rodeios, não gostamos disto que se está a passar ao longo de todo o País. Alguém gosta?
- Para finalizar estas referências quanto às questões ditas externas de que padece o nosso Sector, falemos de uma problemática que remonta a há mais de 20 anos, desde os tempos do saudoso fundador desta Associação e pai de um dos nossos colegas de actividade, o então proprietário e Administrador da RED, Tomé de Barros Queiroz, problemática aliás, de que nós próprios temos vindo a ouvir apresentações sobre a matéria, em alguns dos Congressos Mundiais a que pessoalmente assistimos, tanto em Barcelona, Montreal, Roma ou Jerusalém. Trata-se das tão faladas **“Medições de Audiências”**.

Temos que reconhecer que esta é uma enorme falha, uma enorme lacuna a atravessar transversalmente todo o Sector em Portugal. Este é quiçá um dos temas mais importantes, nos dias de hoje, para a nossa actividade e que tem



que ser rapidamente analisado e resolvido, para bem de todo o Sector e em particular, para o bem de cada uma das nossas Empresas.

É que hoje, tanto os Clientes como as Agências são mais exigentes, pois procuram saber onde melhor investir, se neste ou naquele Meio. Por isso a exigência de quererem saber os números das audiências do Outdoor em Portugal.

Estas, algumas das referenciadas doenças externas de que gravemente padece todo o nosso Sector.

Mas a acrescer a todas as dificuldades atrás referidas, temos ainda outras enfermidades de que, de uma maneira geral, todos padecemos.

Ora vejamos:

- Haverá Ética no nosso Sector? Alguém poderá afirmar que somos uma Classe em que os seus Profissionais actuam respeitando as regras da ética, actuando dentro daquilo que denominamos por “**Boas Práticas**”? Longe disso! E todos o sabemos. De um modo global, andamos a ultrapassar-mo-nos todos os dias, uns aos outros, não olhando aos meios para atingirmos os fins... Esta prática que algumas das Empresas do Sector em Portugal praticam, está a tornar todo o Sector num INFERNO. Esta MÁ PRÁTICA, será provavelmente uma enfermidade enorme, certamente a maior enfermidade de que o Sector padece e que mina toda a actividade, que vem denegrir bastante a imagem de toda a nossa Indústria, junto dos nossos mais importantes parceiros – que são os nossos Clientes, os Clientes que simultaneamente o são também de todos nós, de todas as nossas Empresas. Seria bom que conjuntamente, nos empenhássemos em alterar os nossos procedimentos e recomendássemos ao nosso pessoal no terreno para um desempenho mais profissional, mais respeitador da concorrência, mais cumpridor de um manual de “**Boas Práticas**”.

Meus Senhores, quer queiramos quer não, temos que passar a respeitar-nos uns aos outros. **O Vale Tudo, não pode continuar...**

- Voltamos a falar de uma outra enfermidade, enorme, de que o Sector actualmente padece imenso. Exactamente. Voltamos a falar de novo do fenómeno da Ilegalidade. É que esta Doença, para além de ser de influência externa, ela é todavia também e acima de tudo de componente interna. A ilegalidade vem de dentro da Empresa e mina e de que maneira, todo o



Sector. Provoca a concorrência desleal com todos os aspectos altamente negativos daí resultantes, mas está a provocar um outro fenómeno que dentro de pouco tempo vai ser dramático para toda a Publicidade Exterior em Portugal – é que as autoridades deste País, todas as que estão mais directamente relacionadas com a nossa actividade, estão a classificar-nos a todos, a todos, de autênticos PIRATAS da publicidade e o que é mais grave, estão já, em muitos casos, a preparar legislação altamente castradora, para dificultar a sério e de uma vez por todas, a vida a toda a gente. Será isto que queremos? Será com esta actuação generalizada, de alarmante ilegalidade que grassa de Norte a Sul do País, que queremos transformar a Publicidade Exterior num meio publicitário apelativo, com dignidade, qualidade e força publicitária para continuar a ter a preferência dos Clientes? Julgamos manifestamente que não. Mas entretanto, não se esqueçam, há muitos Organismos Oficiais que vão tratar de nós. Com toda esta prática, julgamos sim, que estamos a cavar o nosso abismo, onde mais tarde ou mais cedo, todos iremos cair. Peço-vos que pensem nisto... É por aqui que passa o futuro da Publicidade Exterior em Portugal. Na melhorias das práticas actualmente existentes...

- Um pouco à boleia dos últimos dois pontos, aliás das duas últimas doenças diagnosticadas, focamos agora uma outra questão que é igualmente importante trazer a debate. Referimo-nos à preparação, à capacitação, ao desempenho, ao conhecimento, às qualidades intrínsecas e até ao procedimento ético de todo o nosso pessoal que temos ao nosso serviço nas nossas Empresas. E provavelmente referimo-nos igualmente e também a nós próprios, porque não? A nós próprios, Empresários. Será que não somos nós os principais responsáveis por todo este desnorte, deixem-me chamar-lhe “bagunça”, que está a acontecer em todo o País? Por isso mesmo temos todos que nos educar. Temos que aprender a sermos mais respeitadores do próximo (*diga-se, do nosso “concorrente”*), pois toda a gente terá a ganhar com isso. Os Operadores, Clientes, Entidades Oficiais e o próprio País, que certamente nos agradecerá...

Desculpem o ter trazido todas estas ideias e verdades, algumas delas duras e cruas, à vossa presença, mas julgo que era importante fazê-lo, antes de vos apresentar todo o



Programa que a nova Direcção se propõe levar a cabo, ao longo do triénio 2018 / 2021, para situar-mo-nos bem, no que é a realidade do nosso Sector e do quão periclitante é neste momento, a actividade de qualquer das nossas Empresas a laborar em Portugal.

É que todos nós, meus caros, vivemos disto, da Publicidade Exterior!

Temos que tratá-la bem! Estaremos quiçá, a tratar bem a nossa Galinha?

Ou vamos ser nós próprios a matar a nossa Galinha dos ovos de ouro?

Deixo-vos esta reflexão... Meditem bem...

Mas a Direcção, pensando maduramente em todas estas temáticas, complexas temáticas todas elas, pensa que temos que agir. E quanto antes... Temos que continuar o nosso trabalho que temos vindo a desenvolver ao longo dos últimos dois anos, em prol de todo o Sector.

O mais importante está aí à porta para se realizar, para concretizarmos passos importantes, que serão de uma importância capital para todas as Empresas que operam em Portugal, nesta indústria que queremos valorizar, dignificar e fortalecer – a **PUBLICIDADE EXTERIOR**, da qual dependem, directa ou indirectamente, mais de 3.500 trabalhadores em todo o País.

Ora vejamos o nosso Programa de Acção:

PROGRAMA PARA O TRIÉNIO 2018 / 2021

(que o novo elenco Directivo, a ser eleito, se propõe levar a cabo)

Principais Temas

1 – PORTARIA – Licenciamento de Publicidade – Artº. 59º. do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional – Afixação de publicidade visível das Estradas.



Este será certamente o tema maior da nossa luta, enquanto acção da Direcção da APEPE. Vamos lutar denodadamente até à exaustão, para conseguirmos um resultado final que seja satisfatório para todos os Operadores.

Para isso, não aceitamos de modo nenhum, que seja decretada qualquer taxa a pagar às Infraestruturas de Portugal. Tal situação (*a acontecer*), será totalmente ilegal, na medida em que não pode haver, segundo a actual legislação em vigor, dupla tributação. Mas se tal vier a acontecer, (*o que não acreditamos*), recorreremos para as instâncias competentes. Isso faria de Portugal, o único País do Mundo a exigir e a cobrar uma dupla taxa. Portugal não pode expor-se a este vexame...

Estamos a tratar cuidadosamente de todos os passos a dar no sentido de alcançarmos não apenas uma Portaria qualquer, mas sim uma Portaria que sirva os nossos interesses, os interesses dos Operadores, que o mesmo é dizer, os legítimos interesses de todas as nossas Empresas e de todos os nossos Clientes.

2 – Contrato Colectivo de Trabalho.

Consideramos este tema, o de avançarmos para a concretização de um Contrato Colectivo de Trabalho para o Sector, como uma necessidade urgente para todas as Empresas. Será uma nova realidade e uma maior segurança para todas as Empresas na nossa indústria. Não temos que continuar eternamente, a engrossar o CAE das Agências de Publicidade, pois o nosso Sector nada, mas mesmo nada, tem a ver com o Sector das Agências de Publicidade. Até grande parte das funções que existem no Contrato Colectivo de Trabalho das Agências de Publicidade, não se enquadram na nossa área, nem temos que pagar ordenados cujos valores de tabela, estão desenquadrados com as funções desempenhadas pelos nossos funcionários.

3 – Estudo de Audiências

Como aliás já é do conhecimento de todos os associados, a APEPE tem vindo a desenvolver esforços no sentido de vir a acordar com uma Empresa de Estudos, com vista ao estudo das Audiências da Publicidade Exterior em Portugal, a exemplo



dos Estudos de Audiência que existem tanto para a Televisão como para a Imprensa e para a Rádio.

Como todos sabemos, hoje, os Clientes exigem saber o retorno dos seus investimentos.

Como todos sabemos também, o BOLO PUBLICITÁRIO tem vindo a baixar, ano após ano.

Mas o que é mais alarmante, é que a fatia para a PUBLICIDADE EXTERIOR, tem vindo nos últimos anos a diminuir significativamente. Dizem e justificam-se (*as Agências de Publicidade*), de que não têm resultados, não têm Estudos de Audiências. Daí o desinvestimento.

Assim, este é um tema importantíssimo para todo o Sector.

Estamos por isso em conversações com três Empresas da área de Estudos de Audiências, com vista a verificarmos qual o melhor, mais eficiente e mais económico sistema.

Sim, porque tudo isto vai ter custos. E não será barato. Estamos provavelmente a negociar um pacote que possa vir a incluir um conjunto de operadores, com encargos repartidos.

Repetimos, este é um tema dos que consideramos mais importante para a nossa actividade actual, na medida em que temos que acompanhar as tendências que não são apenas internas, mas também do exterior, da Europa e mesmo do Mundo. Os Clientes cada vez menos investem em quem não lhes fornece dados concretos e transparentes de audiência dos Meios.

4 – Intervir junto dos Municípios com Taxas elevadas e solicitar alterações nomeadamente, dos Concursos Exclusivos.

Está definido por esta nova Direcção, delinear uma forte acção de intervenção junto de muitos dos Municípios que continuam a manter tabelas de Taxas de Publicidade bastante elevadas, impraticáveis, tornando em grande parte dos casos, praticamente impossível as Empresas poderem operar com um elevado



agravamento financeiro, como aquele que se pratica em grande parte dos Municípios Portugueses.

Pretendemos igualmente contribuir para que no futuro passe a haver entre os diversos Municípios do país, um mais racional nivelamento de valores, de modo a se evitarem as elevadas assimetrias que hoje se verificam em muitos dos casos.

Como mero exemplo, Vila Real de Santo António, não pode ter taxas ao nível das taxas de Lisboa (*como aliás já as teve, situação que aliás, hoje já está normalizada*).

Por outro lado, a Direcção está empenhada em actuar junto das Câmaras Municipais, no sentido de desmotivar os Executivos de avançarem com os tradicionais Concursos Exclusivos para tudo... Vamos desenvolver uma acção no sentido de sensibilizar as Câmaras em não cortarem pela raiz as pernas às Empresas mais pequenas ou às Empresas locais, em favor dos monopólios.

5 – Publicidade Illegal – A Chaga maior da Publicidade Exterior.

Voltamos de novo a falar desta chaga imensa que atingiu toda a nossa actividade, que é a Publicidade Illegal.

Esta Direcção está empenhada em lutar por todos os meios, para tentar reduzir este fenómeno que está a degradar todo o Sector.

Hoje, não são apenas os Organismos Oficiais (*vulgo Câmaras Municipais e IP*), que nos olham de lado, que nos olham e nos tratam como uns saltinbancos, ciganos ou gente sem crédito.

São também os próprios Clientes que hoje também já nos olham de lado. Não acreditam em nós...

Será que todos temos que passar por este enchovalho? Por este descrédito?

É hora de pensarmos TODOS, E NÃO APENAS ALGUNS, enquanto os outros assobiam para o lado, é hora (dizia), de pensarmos maduramente sobre este tema que a todos destrói e a todos interessa resolver com urgência.

Esta Direcção vai dar passos seguros nesse sentido.



6 – Aumentar o número de Associados.

Naturalmente que para levar por diante um programa ambicioso como o que estamos a apresentar-vos, são necessários recursos, recursos financeiros.

Por isso mesmo no mandato que agora acabou, a Direcção cessante viu-se obrigada a alterar os valores e a metodologia das quotizações dos Sócios.

Porque não será ideia de aumentar as quotas de novo, para que tenhamos aumento de receita, teremos que aumentar o número de Associados, pelo que queremos pedir e contar com a colaboração de todos, no sentido de nos ajudarem a descobrir novos Associados.

Ficamos a aguardar pela vossa ajuda. Se cada um de vós trazer um novo Associado, já seria uma ajuda altamente preciosa para a APEPE.

Todos juntos, não seremos demais, para tornarmos a APEPE mais forte, mais operante, mais credível e mais respeitável...

7 – Organizar o “ 4º. Encontro - O Meio Outdoor em Portugal “.

Todos de um modo geral têm tido conhecimento dos êxitos que foram os primeiros 3 encontros realizados de parceria com a Universidade Lusófona, em Lisboa.

É intenção da Direcção em voltar a organizar o 4º. Encontro “ *O Meio Outdoor em Portugal* “, que deverá realizar-se em Novembro de 2019, visto que passou a ter uma realização de dois em dois anos e não anual.

Queremos no próximo evento, dar-lhe mais projecção e mais credibilidade, com a escolha de convidados de peso no mundo da Publicidade e com a participação de uma autoridade oficial a presidir, que possa com a sua presença, galvanizar todo o Sector e prestigiar a Indústria da Publicidade Exterior em Portugal.

8 – Trabalhar para que seja criada oficialmente, uma Licença a atribuir aos Operadores de Publicidade Exterior em Portugal.



A presente Direcção está fortemente empenhada em dar a devida sequência a esta ideia, que vem no sentido de, a nível Oficial, ser atribuída uma Licença Obrigatória para que qualquer Operador possa trabalhar na área da Publicidade Exterior, em Portugal.

O nosso Sector tem sido nos últimos anos, invadido, fortemente invadido, por pessoas que não tendo qualquer identificação com a actividade de publicidade, têm vindo, com a sua actuação, degradado de certo modo toda a nossa Indústria.

Temos que definir regras também aqui.

Como sabemos, não pode ser advogado quem não tenha tirado um curso de direito, não pode ser taxista em Portugal, quem não tenha alvará para desempenhar essa função. Como é lógico, pensamos que igualmente, para se laborar na nossa actividade, têm que haver regras. Regras simples, mas apertadas. É necessário cumpri-las e é necessário dar garantias de qualidade de desempenho.

É nesse sentido, que iremos trabalhar.

9 – Acordar Protocolo de cooperação com a Universidade Lusófona.

Temos tido, como é sabido, uma total disponibilidade da Universidade Lusófona em cooperar com a APEPE, nomeadamente, ao longo dos últimos 3 anos, na realização dos 3 Encontros “ *O Meio Outdoor em Portugal* “.

Temos que reconhecer que esta ligação tem sido um excelente “andicap” e uma notável ajuda para levarmos por diante e com êxito, a realização daqueles 3 Eventos.

Porém, queremos mais e sabemos da disponibilidade da Universidade Lusófona em continuar a cooperar com a APEPE.

Pretendemos colocar à disposição dos Associados a possibilidade de através da Universidade Lusófona, poderem obter Formação Específica em várias áreas.

Iremos dialogar com quem de direito e posteriormente informaremos os associados dessa possibilidade e de algum protocolo que venha a ser estabelecido entre as partes.



Caros Associados, estes são os principais e mais relevantes pontos em que a Direcção irá assentar toda a sua acção ao longo deste triénio que agora se inicia.

Naturalmente que a nossa acção não se vai esgotar aqui. Iremos ainda actuar noutras frentes menos fortes.

Todavia, estaremos SEMPRE disponíveis para ouvir e apoiar as necessidades dos nossos Associados.

Para isso, façam chegar-nos as vossas preocupações ou as vossas causas.

Aqui estaremos para vos tentar ajudar.

Santos Lopes

Membro Directivo

Lisboa, 9/Março/2018

